

Defesa da Cisco critica restrição de acesso aos autos

Advogados de investigados da Operação Persona afirmaram nesta sexta-feira (26/10) que a restrição imposta pelo juiz Alexandre Cassetari, da 4ª Vara da Justiça Federal Criminal de São Paulo, à íntegra da investigação dificulta o trabalho de defesa. Desde a eclosão do caso (dia 16), o juiz permite que todos leiam os documentos. Segundo advogados, cópias, no entanto, só de páginas que citam seus clientes ou que o envolvam. A reportagem é do jornal *Folha de S. Paulo*.

Para Alberto Zacharias Toron, que defende Daniela Wink Ruiz, vice-presidente da Cisco, quando existe um processo que envolve várias pessoas, “o advogado parte do pressuposto de que as condutas se imbricam, estão relacionadas.”

O fato de o juiz autorizar a leitura não resolve, diz Paulo Iasz de Moraes, que defende Hélio Benetti Pedreira. “São mais de cinco mil páginas. Não tem como ler e analisar tudo isso sem fazer cópias.”

Para o advogado Antonio Ruiz Filho, que defende quatro pessoas da Mude (Fernando Grecco, José Roberto Pernomian, Marcelo Ikeda e Moacyr Sampaio), o processo “é um todo”, com vários fatos interligados, e, por isso, não pode ser segmentado. Celso Villardi, defensor de Cid Guardia Filho e Ernani Maciel, afirma que, sem ler a íntegra, o advogado não pode orientar corretamente o cliente durante o interrogatório.

A Justiça informou que autoriza a leitura ao documento e que reclamações devem ser feitas diretamente ao juiz.

Date Created

27/10/2007